

No passado dia 13 de Abril de 2020 foi dirigido ao núcleo da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco a exercer funções junto do Juízo de Competência Genérica da Sertã o **Provimento n.º 1/2020**.

Foi publicada no dia de hoje, 29 de Maio de 2020, a Lei n.º 16/2020, que altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que revogou o seu artigo 7.º.

Atento o teor do artigo 6.º-A da referida Lei n.º 16/2020, importa dar sem efeito o Provimento acima referido.

Pelo exposto, comunica-se que a partir do dia 3 de Junho de 2020, data de entrada em vigor da Lei n.º 16/2020, de 29 de Maio, o referido Provimento deixa de vigorar, devendo os processos ser tramitados nos termos habituais, tendo sempre em atenção a continuação da aplicação das medidas destinadas à situação excecional de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

*

Comunique ao Exmo. Senhor Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco, também para posterior comunicação ao Conselho Superior da Magistratura;

Comunique à Exma. Senhora Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco.

Comunique à Digna Procuradora do Ministério Público a exercer funções junto deste Juízo de Competência Genérica.

Comunique aos Senhores Oficiais de Justiça a exercer funções junto deste Juízo de Competência Genérica.

Comunique ao Conselho Distrital da Ordem dos Advogados e à Delegação de Castelo Branco.

*

A Juíza de Direito a exercer funções no Juízo de Competência Genérica da Sertã,

Ana Gabriela Rocha

29 de Maio de 2020